

BGG

Boletim de Gestão e Governança do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

21ª Edição
Outubro de 2024





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Apresentação

Esta é a 21ª edição do [Boletim de Governança e Gestão \(BGG\)](#), instrumento de prestação de contas trimestral produzido pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DI-PLAN). Seu objetivo é a apresentação de conteúdo gerencial sobre o TCE-GO, de modo a gerar maior disseminação de informações e ampliar a participação de membros, servidores, gestores e sociedade na vida organizacional desta Corte de Contas.

(Você pode navegar pelo documento clicando nos tópicos ao lado)



Resultados

As ações de controle externo eletivas do TCE-GO são direcionadas pelo seu Plano de Fiscalização, que tem periodicidade bienal. [O Plano de Fiscalização 2023-2024](#), aprovado pela Resolução nº 2/2023, possui 35 Linhas de Ação de Controle Externo (LACEs), relacionadas com dez marcadores temáticos. Abaixo, as fiscalizações decorrentes do Plano para fins de prestação de contas, relacionadas por relatoria, temas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):

Resultados do terceiro trimestre de 2024

Controle externo e valor para o cidadão

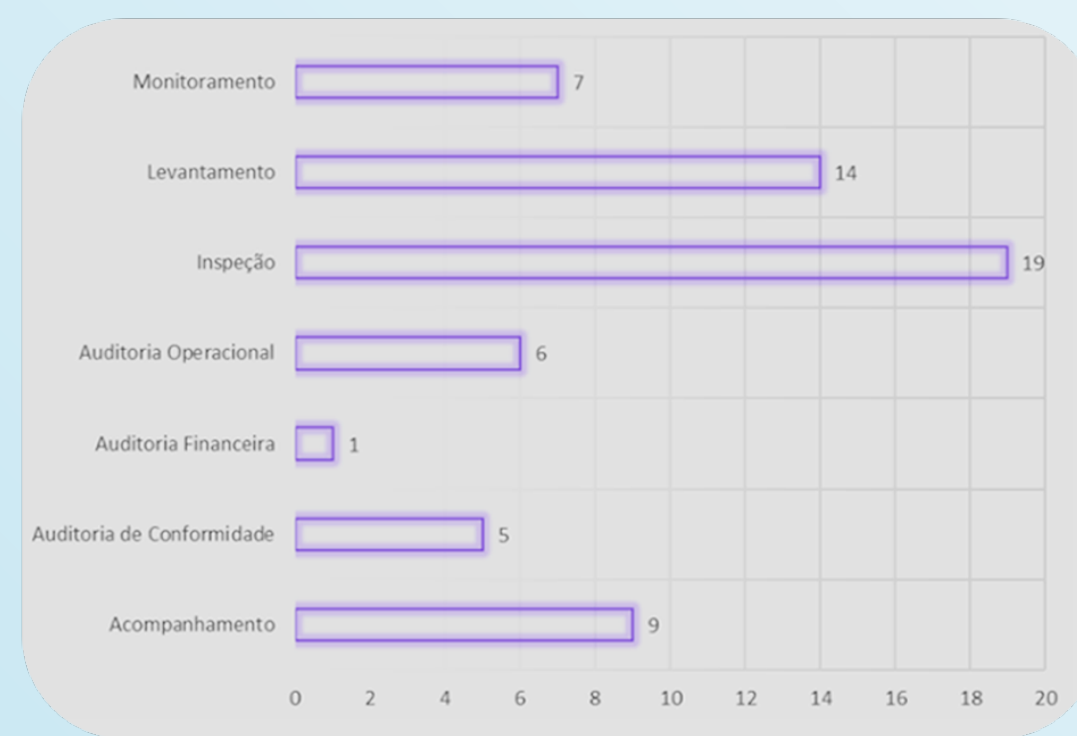
Governança e gestão no TCE-GO

Contexto e o sistema de controle externo

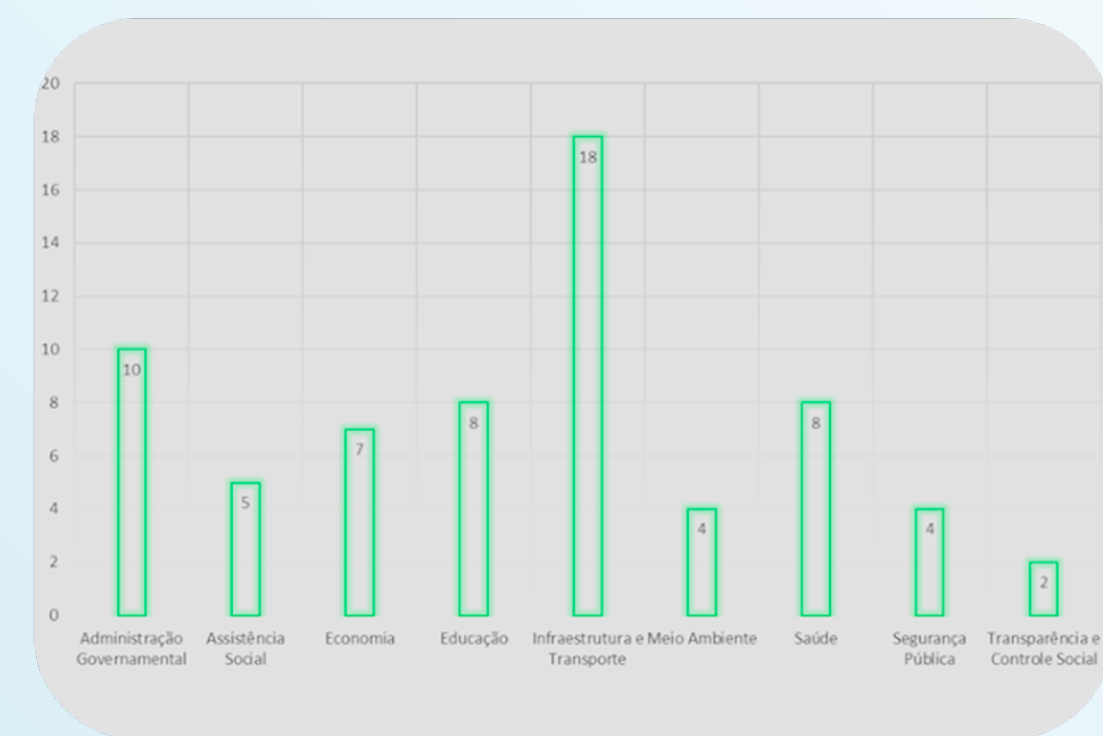
Relato das iniciativas

Principais normativos

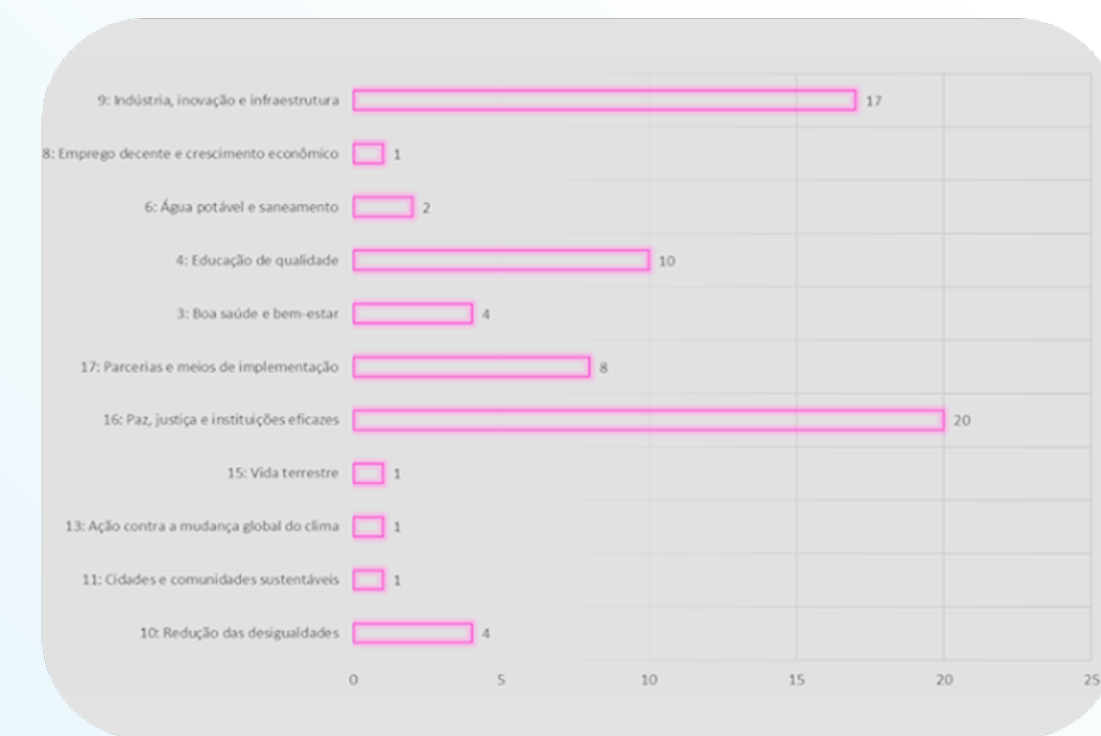
Institucional



FISCALIZAÇÕES POR INSTRUMENTO DE FISCALIZAÇÃO
(clique para visualizar o gráfico completo)



FISCALIZAÇÕES POR MARCADORES TEMÁTICOS
(clique para visualizar o gráfico completo)



FISCALIZAÇÕES POR OBJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(clique para visualizar o gráfico completo)



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

TCE-GO faz determinações à Seduc em licitações para compra de merendas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou procedente uma representação que apontava [irregularidades em uma concorrência pública para aquisição de merenda escolar](#) em Uruaçu, mas não aplicou multa devido à ausência de prejuízo ao erário. A denúncia, feita por uma empresa participante, alegava que a vencedora aumentou preços de alguns itens e entregou produtos de marcas diferentes das licitadas. O relator, Conselheiro Edson Ferrari, determinou que a Secretaria de Educação (Seduc) melhore critérios de aceitação de preços e produtos em futuras licitações.

Empresa terá de ressarcir R\$ 4,5 milhões à Saneago

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou que a Saneago devolva aproximadamente R\$ 4,58 milhões aos cofres públicos devido a [superfaturamento em um contrato com a empresa Elmo Engenharia Ltda](#), relacionado às obras de ampliação do sistema de esgoto em Iporá-GO. A decisão, relatada pelo Conselheiro Kennedy Trindade, estipulou prazo de 180 dias para comprovar as ações tomadas para o ressarcimento. Se não houver devolução, a Saneago deverá abrir uma tomada de contas especial para investigar o caso. A irregularidade foi denunciada por meio da Ouvidoria do TCE-GO.



TCE-GO impõe multas a responsáveis por irregularidades em contratos de gestão

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [aplicou multas a dois gestores por irregularidades em contratos de gestão de unidades de saúde](#), incluindo o Hospital Estadual de Trindade (Hutrin), a Policlínica Estadual da Região Nordeste (Posse) e o Hospital Estadual de Jaraguá (Heja). A decisão, relatada pelo Conselheiro Sebastião Tejota, destacou a necessidade de cumprir normas e garantir transparência nos contratos.

TCE-GO determina que secretarias resolvam pendências em projeto de irrigação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás determinou que as [secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\) e de Administração \(Sead\)](#) resolvam imediatamente seis pendências no Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia. Entre elas estão a regularização fundiária, gestão de contratos de uso de lotes irrigáveis, prestação de contas à Sudeco, possível transferência do projeto à Codevasf, obras emergenciais e medidas ambientais. A decisão baseia-se em auditoria de 2021, e um novo diagnóstico será feito para avaliar a situação e possíveis responsabilizações legais.



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Auditorias de conformidade fazem recomendações a estatais

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [julgou seis auditorias de conformidade](#) em sessão virtual, recomendando que os órgãos implementem normas internas para monitorar continuamente a situação funcional de membros de diretorias, conselhos de administração e conselhos fiscais, assegurando o cumprimento dos requisitos e vedações aplicáveis. O relator, Conselheiro Edson Ferrari, também sugeriu a otimização do gerenciamento de riscos pelos controles internos, com ações para reduzir riscos na gestão, nomeações e fiscalização, garantindo coerência, confiabilidade e transparência nas decisões baseadas em riscos.

Cautelando o Tribunal de Contas suspende licitação da Goiás Fomento

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [suspendeu temporariamente uma licitação da Agência de Fomento de Goiás](#) (Goiás Fomento) para contratação de serviços relacionados a meios de pagamento e emissão de cartões pré-pagos. A suspensão foi motivada por denúncia de irregularidades no processo, como falta de conhecimento de recurso por parte de um licitante e habilitação de concorrente sem qualificação técnica adequada. O relator, Conselheiro Edson Ferrari, deferiu a medida cautelar, posteriormente homologada pelo Pleno. O processo aguarda defesa das partes envolvidas.

TCE-GO multa ex-presidente de estatal por não publicar gastos com publicidade

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [multou o ex-presidente da Goiás Telecom, Hipólito Prado dos Santos, em R\\$ 33.219,55](#) por não cumprir a determinação do Acórdão nº 738/2019, que exige a publicação mensal de gastos com publicidade e propaganda pelas estatais desde 2015. Durante monitoramento, constatou-se que a Goiás Telecom foi a única entre 12 estatais a não atender essa exigência. Embora o ex-gestor tenha apresentado uma planilha com os gastos, as informações não foram publicadas no site da estatal, como exigido. A Goiás Telecom tem agora 15 dias úteis para publicar os demonstrativos pendentes desde 2015.

TCE-GO fiscaliza contratação para duplicar rodovia entre Piracanjuba e Caldas Novas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [realizou um levantamento topográfico para conferir os serviços de terraplenagem na duplicação da Rodovia GO-139](#), entre os entroncamentos com as rodovias GO-217 (sentido Piracanjuba) e GO-213 (sentido Caldas Novas), em um trecho de 39,80 km, conforme determinação do Conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo. A equipe do TCE-GO está utilizando drones e tecnologia RTK, além de coletar amostras de materiais e cadastrar jazidas e caixas de empréstimo.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

TCE-GO dá início a monitoramento do TAG do Cora

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) iniciou um monitoramento junto à Agência Goiana de Transportes e Obras (Goinfra) para verificar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) relacionado à obra do [Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás \(Cora\)](#). O monitoramento abrange projetos, orçamentos, cronogramas, licenças e a aprovação da matriz de riscos, entre outros itens.

TCE-GO divulga lista de gestores com contas reprovadas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) atualizou a lista de 37 ex-autoridades e [servidores públicos com contas julgadas irregulares](#). A relação, disponível no site do TCE-GO, foi enviada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO), conforme a Lei Federal N° 9.504/1997, e inclui aqueles que tiveram suas contas rejeitadas nos últimos oito anos. A inclusão na lista não impede automaticamente a participação em eleições, decisão que cabe à Justiça Eleitoral. O TCE-GO oferece a emissão de certidões negativas online, válidas por 30 dias, para comprovar a regularidade das contas.



Auditoria de conformidade faz recomendações à Codego

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou auditoria de conformidade, recomendando à [Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás \(Codego\)](#) que melhore seu gerenciamento de riscos, especialmente na gestão e fiscalização das nomeações e requisitos de membros de suas diretorias e conselhos. O objetivo é garantir maior coerência, confiabilidade e transparência nas decisões. O relator, Conselheiro Edson Ferrari, sugeriu a criação de normas internas padronizadas para controle contínuo da situação funcional desses membros.

TCE-GO divulga despesas com pessoal e publicidade do Estado

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou o [Relatório do Artigo 30 da Constituição Estadual, referente ao segundo trimestre de 2024](#), no Diário Eletrônico de Contas. O relatório apresenta as despesas com pessoal e publicidade do Estado, incluindo o número de servidores e empregados públicos até junho, detalhados por cargo, e as despesas totais com pessoal e publicidade, comparadas com as receitas do período. O objetivo é garantir fiscalização e transparência das informações da administração pública. O documento foi enviado à Assembleia Legislativa.



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Auditoria recomenda melhoria no controle dos contratos de gestão na Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) de Goiás deverá apresentar ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) um plano de ação para solucionar 25 itens apontados em auditoria sobre o controle e [monitoramento dos contratos de gestão com organizações sociais de saúde \(OSS\)](#). O relatório aprovado identificou várias fragilidades, como a falta de formalização de rotinas de trabalho, baixa confiabilidade dos dados sobre serviços hospitalares e deficiências no monitoramento de custos e qualidade dos serviços. A SES precisa detalhar o cronograma das medidas corretivas, incluindo responsáveis e prazos.

TCE-GO julga improcedente representação referente ao Cora

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [julgou improcedente representação](#) do PSDB que questionava a legalidade do termo de colaboração entre o Estado de Goiás e a Fundação Pio XII, referente ao Centro de Referência Oncológico de Goiás (Cora). O Conselheiro Relator, Sebastião Tejeta, votou pela improcedência, decisão que foi acompanhada pelos demais conselheiros. As obras e a gestão do Cora seguirão sob fiscalização do Tribunal. A decisão baseou-se em leis estaduais e federais que autorizavam a transferência de recursos e a parceria sem chamamento público, conforme previsto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROsc)

Evento comemora cinco anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) Edson Ferrari proferiu uma palestra em Brasília durante o Seminário Internacional [Comemorativo dos Cinco Anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância](#). Ele destacou a atuação integrada dos tribunais de contas em prol dos direitos da primeira infância, ressaltando os avanços e desafios existentes. Ferrari enfatizou a governança colaborativa e a importância da articulação entre diferentes atores para implementar políticas voltadas para crianças. Também mencionou a criação do Portal da Primeira Infância pelo TCE-GO e citou dados preocupantes sobre a falta de vagas em creches e pré-escolas no Brasil, chamando atenção para a necessidade urgente de ação.

TCE-GO propõe correção de falhas em licitação para construção de escola

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [identificou irregularidades em uma licitação da Secretaria de Estado da Educação \(Seduc\)](#) para a construção de uma escola Padrão Século XXI em Hidrolândia, incluindo projeto básico incompleto e cronograma físico-financeiro inadequado. O Tribunal recomendou melhorias para evitar futuros prejuízos, como condicionar pagamentos ao cumprimento de etapas definidas e garantir que a medição final esteja alinhada com o deságio da proposta vencedora.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



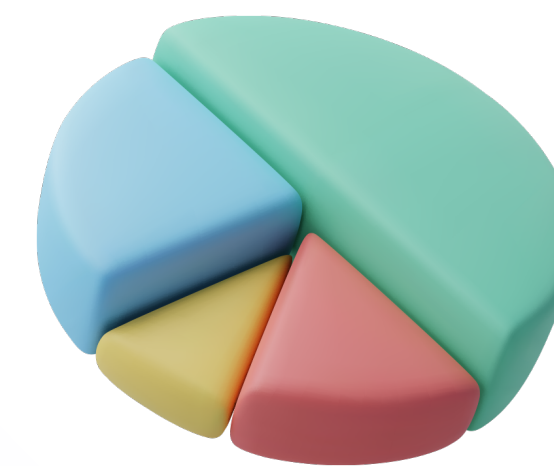
Institucional

Pleno referenda TAG que garante a execução de Programa Aprendiz do Futuro

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [referendou Termo de Ajustamento de Gestão \(TAG\)](#) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) para assegurar a continuidade e aprimoramento do Programa Aprendiz do Futuro (PAF), que promove educação e profissionalização de jovens em vulnerabilidade social. Relatado pelo Conselheiro Kennedy Trindade, o TAG busca evitar a interrupção do programa devido ao fim do contrato vigente em outubro de 2024. O acordo inclui obrigações como a apresentação de plano de ação pela Seds, ajustes na gestão de contratações e monitoramento contínuo pelo TCE-GO.

Gaepe-GO apresenta levantamento da educação infantil no Brasil

O Gabinete de [Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás \(Gaepe-GO\)](#) realizou sua 45ª reunião. O encontro abordou o “Retrato da Educação Infantil no Brasil”, estudo realizado pelo Gaepe-Brasil, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), sobre o acesso e a disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas nos 5.569 municípios brasileiros e no Distrito Federal, visando a criação de um plano de ação para garantir o direito à educação infantil.



Tribunal determina reparos na Escola de Artes Basileu França

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou irregularidades na estrutura física da Escola do Futuro de Goiás em Artes Basileu França, [levando a determinações para correção à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação \(SecTI\)](#). A fiscalização foi iniciada após denúncia à Ouvidoria do TCE-GO e detectou problemas como forro de gesso cedendo, elevadores danificados e fios expostos, além de alvarás vencidos. A SecTI tem 60 dias para supervisionar as correções e regularização dos alvarás. O TCE-GO recomendou a interdição de áreas perigosas e solicitou inspeção contínua da gestão da escola.

Observatório do TCE-GO terá dados de políticas públicas de todo o país

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) lançou em 30 de setembro o [Observatório de Políticas Públicas](#), com indicadores que avaliam ações governamentais em todo o país. Inicialmente, serão divulgados 16 indicadores de educação e 19 de saúde, abordando áreas como educação infantil, ensino médio, atenção básica à saúde e imunização. Nos próximos meses, o observatório incluirá dados de segurança pública, finanças públicas, transparência, infraestrutura e meio ambiente. Com gráficos acessíveis e notas explicativas, o objetivo é aprimorar o controle externo e social, além de fornecer dados confiáveis para pesquisas acadêmicas.



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Capacitação apresenta possibilidades e limites das IAs generativas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), [realizou o curso “Inteligência Artificial Generativa”](#) para membros e servidores. Ministrado pelos professores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo (USP), a capacitação abordou a evolução, possibilidades e limites da IA generativa, com atividades práticas utilizando ferramentas como ChatGPT e Gemini.

TCE-GO atualiza Plano Estratégico 2021-2030

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou a [segunda revisão do Plano Estratégico 2021-2030, com validade de dez anos](#), elaborado pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (Diplan). A revisão reflete sobre lições passadas e fortalece estratégias futuras, conforme destacado pelo Presidente Saulo Mesquita. O plano considera tendências tecnológicas, sociais, políticas e econômicas, e é dividido em duas perspectivas: controle externo e corporativa.

Novo Plano Estratégico do MPC-GO

O Ministério Público de Contas de Goiás (MPC-GO) realizou reunião [para revisar e atualizar seu Plano Estratégico 2019-2023, que será estendido até 2030](#). O plano mantém o compromisso de defender a ordem jurídica e o interesse social no controle da gestão pública, com visão de ser reconhecido pela sociedade e instituições parceiras. Os valores incluem ética, transparência e inovação. O MPC-GO seguirá as recomendações da Atricon para usar linguagem simples e direito visual, facilitando a compreensão e o acesso da população às informações públicas.

Resoluções administrativas reforçam cultura de integridade do TCE-GO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) [aprovou três resoluções na 16ª sessão extraordinária do Pleno, publicadas em agosto](#). A Resolução nº 13/2024 estabelece a Política de Integridade, com princípios como a supremacia do interesse público, honestidade e transparência, promovendo a integridade institucional. A Resolução nº 14/2024 trata da Política de Governança Organizacional, focada em transparência, eficiência e responsabilidade. Já a Resolução nº 15/2024 institui o Sistema de Planejamento e Gestão, voltado para a execução de metas e resultados, com base em princípios de governança e eficiência.

TCE-GO tem novo regulamento para fiscalizar parcerias com OS e OSC

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou a [Resolução Normativa nº 9/2024](#), que regulamenta a fiscalização das parcerias entre a administração pública e entidades de direito privado sem fins lucrativos, como organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil (OSC). Relatada pelo Conselheiro Kennedy Trindade, a norma abrange a formalização e execução de contratos de gestão e prestações de contas, abrangendo termos de colaboração, fomento e convênios. A resolução foi elaborada com base em proposta do Conselheiro Edson Ferrari, após análise e contribuições de um grupo de trabalho.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Reunião de Avaliação Estratégica mostra avanços das unidades do TCE-GO

Secretários e diretores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) participaram da [8ª Reunião de Avaliação da Estratégia \(RAE\) do biênio 2023-2024](#), presidida por Saulo Mesquita, que destacou os avanços na gestão, mas apontou a necessidade de continuidade. A diretora de Governança, Planejamento e Gestão, Vera Núbia Zandonadi Gomes, apresentou o Relatório de Inteligência Organizacional, abordando tendências, riscos e indicadores estratégicos. Ela enfatizou a atenção aos indicadores abaixo da meta e a participação em oficinas sobre o Sistema de Gestão Integrado (SGI). No final, os setores prestaram contas das atividades realizadas, destacando seus planos diretores.

Tribunal recebe declaração de garantia da qualidade do MMD-TC

A Subcomissão de Garantia da Qualidade da Atricon entregou ao Presidente do TCE-GO, Saulo Mesquita, a declaração de garantia da qualidade e o [certificado de participação no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas \(MMD-TC\)](#). A avaliação do TCE-GO seguiu rigorosos critérios, com uma amostra de 206 itens analisados. A coordenadora, Conselheira Soraia Thomaz Dias Victor, destacou a organização e o comprometimento do Tribunal. Mesquita enfatizou a importância do MMD-TC como ferramenta para acompanhar a evolução do Tribunal e agradeceu a contribuição de servidores e gestões anteriores.

Portaria institui Comitê de Integridade no TCE-GO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) criou o [Comitê de Integridade Corporativa \(CIC\)](#) com o objetivo de promover a política de integridade e aprimorar o Sistema de Gestão Antissuborno, alinhado à norma ISO 37001:2017. Instituído pela Portaria nº 639/2024, o CIC será responsável por implementar o sistema, analisar denúncias de irregularidades, verificar a integridade de fornecedores e apoiar a Presidência na definição de estratégias e normas relacionadas à gestão antissuborno.

TCE-GO aprova Política de Segurança da Informação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou a [Resolução Administrativa nº 17/2024, que institui o Sistema de Gestão de Segurança da Informação \(SGSI\)](#) como parte do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e define a Política de Segurança da Informação. A normativa estabelece diretrizes para assegurar a integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade das informações, além de atribuir responsabilidades para o correto manuseio e proteção de dados. A resolução também aborda o tratamento de dados pessoais, prevê penalidades por descumprimento e revoga a Resolução nº 11/2022.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Entidades emitem recomendação sobre mudanças na Reforma Tributária

Entidades do controle externo emitiram, em julho, uma [nota recomendatória conjunta alertando os Tribunais de Contas](#) sobre a necessidade de uma atuação sistêmica e uniforme diante das mudanças trazidas pela Reforma Tributária. A nota, assinada por diversas associações como Atricon e Instituto Rui Barbosa, orienta os tribunais a compartilharem informações e boas práticas, realizarem estudos sobre os impactos da reforma nos estados e municípios, e promoverem capacitação de servidores e gestores. Também recomenda a elaboração de projeções sobre os impactos fiscais e a fiscalização da implementação da reforma, visando aprimorar o controle externo.

Julgados selecionados do TCE-GO são divulgados em Boletim de Jurisprudência

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou a [22ª edição do Boletim de Jurisprudência](#), que resume julgados importantes das sessões de janeiro a março de 2024. O boletim trimestral, elaborado pelo Serviço de Jurisprudência, facilita o acesso às decisões completas por meio de links disponíveis. Entre as decisões destacadas, estão auditorias sobre contratos de construção do Hospital do Servidor Público, irregularidades na aplicação de recursos públicos pelo Instituto Brasileiro de Cultura (Ibraceds) e uma licitação para a construção do Instituto Tecnológico de Goiás. Também foi aditado um Termo de Ajustamento de Gestão para obras rodoviárias do Estado.

TCE-GO celebra termo de cooperação entre laboratórios de inovação

Doze instituições assinaram, em julho, um [Acordo de Cooperação Técnica \(ACT\)](#) para ampliar e melhorar o acesso da população aos serviços públicos por meio da transformação digital em Goiás. O acordo, que envolve a maior rede de laboratórios de inovação no setor público do país, visa integrar os esforços dos laboratórios de inovação de diferentes órgãos, incluindo o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e o governo estadual, entre outros. A iniciativa busca o compartilhamento de conhecimentos, recursos e soluções tecnológicas para aprimorar a qualidade dos serviços públicos em diversas áreas.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Primeira Infância

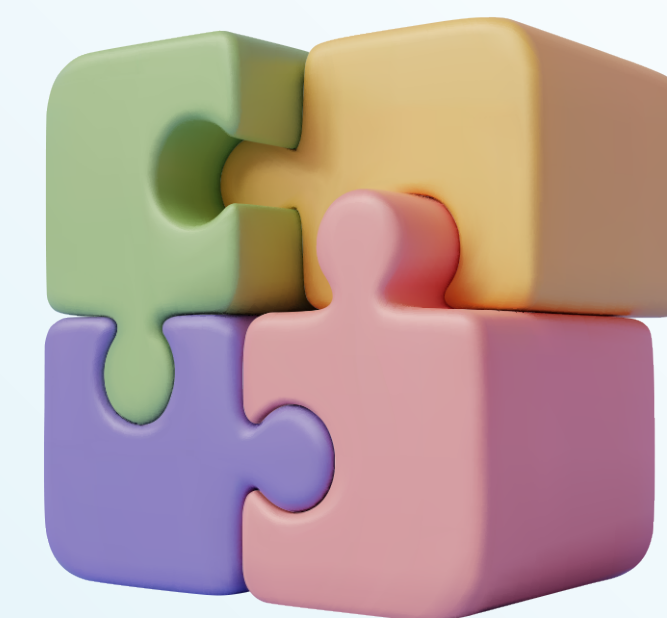
[Conselheiros conhecem programa de acolhimento à primeira infância](#) em Boa Vista. Representantes do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB) visitaram o programa Família que Acolhe (FQA) em Boa Vista, Roraima, para conhecer as políticas intersectoriais voltadas aos cuidados com gestantes e crianças até seis anos. O presidente do comitê, Conselheiro Edson Ferrari, do Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO), elogiou o impacto do programa na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, destacando seu potencial como modelo para outras regiões. Edilson Silva, presidente da Atricon, também enfatizou a atenção especial dada à primeira infância e a estrutura voltada ao atendimento das crianças.

[Comitê Goiano entrega prêmios a municípios por ações pela primeira infância.](#) O Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância entregou, em agosto, o Prêmio Pacto pela Primeira Infância aos municípios de Caiapônia, Itumbiara, Luziânia e Rubiataba, que se destacaram por suas ações para proteger os direitos das crianças de zero a seis anos. A premiação, realizada no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), visa incentivar a adoção de políticas públicas voltadas à primeira infância. Além do TCE-GO, várias outras instituições integram o Comitê, como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública de Goiás.

[Levantamento nacional sobre educação infantil atinge 100% dos municípios.](#) Em agosto, mês da primeira infância, ação conjunta entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ampla participação dos tribunais de contas, alcançou um feito inédito: todos os 5.570 municípios do Brasil e o Distrito Federal responderam ao Levantamento Nacional “Retrato da Educação Infantil no Brasil”. Liderado pelo MEC e Gaepe-Brasil, o estudo visa apoiar a criação de um plano de ação para garantir o direito à creche e pré-escola. Os dados coletados serão analisados e divulgados para ajudar na expansão da educação infantil no país.

Secretário do TCE-GO é certificado em Normas Internacionais de Contabilidade

Sérvio Túlio Teixeira e Silva, secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), foi certificado pelo Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA) do Reino Unido em maio de 2023, após concluir um curso de 100 horas sobre as [Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público \(IPSAS\)](#). Entre os resultados, o TCE-GO concluiu sua primeira auditoria financeira referente à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), sob relatoria da conselheira Carla Cíntia Santillo, em conformidade com as normas IPSAS.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Sistema Tribunais de Contas terá comissão sobre a Nova Lei de Licitações

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) iniciaram a criação de uma [comissão para buscar uniformidade na jurisprudência sobre a Nova Lei de Licitações](#) (Lei nº 14.133/2021). A iniciativa faz parte do Plano Estratégico 2024-2029 da Atricon, que visa fortalecer a integração do Sistema de Tribunais de Contas.

Atricon lança sistemas durante encontro de inteligência artificial

A diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), liderada por Edilson Silva, participou da abertura do [1º Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas](#), realizado em Recife. Na ocasião, o Conselheiro Joaquim de Castro lançou três redes de cooperação: a Rede de Secretários de Tecnologia da Informação (STI), a Rede de Secretários-Gerais de Controle Externo (Seconex), e a Rede de Governança da Atricon, criadas para melhorar o controle externo e a gestão pública, através da troca de experiências e padronização de práticas entre os tribunais de contas.

GT analisa o julgamento das contas realizado pelos TCs e os reflexos na esfera eleitoral

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) criou [um grupo de trabalho \(GT\) para avaliar os impactos das decisões dos tribunais de contas](#) sobre a inelegibilidade de agentes públicos com contas rejeitadas. A iniciativa busca uniformizar práticas entre os tribunais e aprimorar o sistema de controle externo. O GT, coordenado pelo Conselheiro Carlos Neves, visa esclarecer esses pontos e padronizar as informações enviadas à Justiça Eleitoral, fortalecendo o papel dos tribunais nas decisões eleitorais.





Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Atricon completa 32 anos

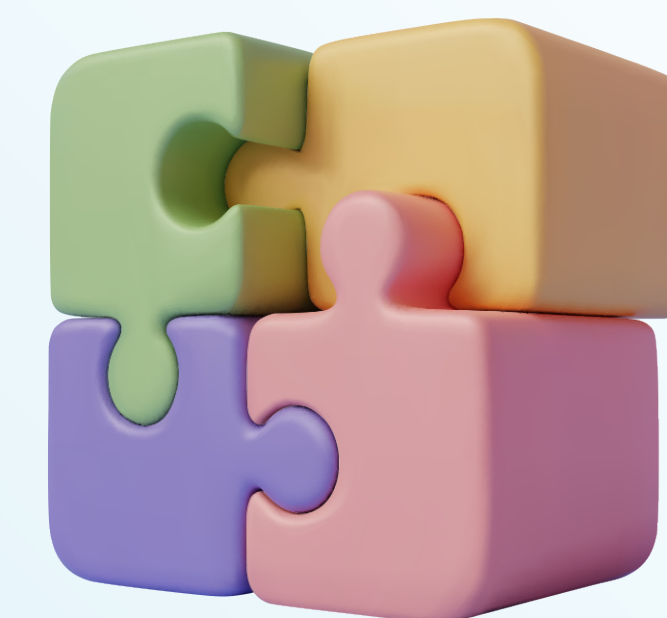
A [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil \(Atricon\)](#) celebrou em agosto, seus 32 anos. Fundada em 1992 durante um evento promovido pelo TCE de Goiás, a entidade tem como objetivo representar, defender e aprimorar os 33 tribunais de contas do Brasil, além de integrar seus membros. Entre suas principais iniciativas estão o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e o Programa Nacional de Transparência Pública, que visam melhorar a atuação dos tribunais e promover a transparência pública.

IAGO e LabTCE apresentados em Portugal

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Saulo Mesquita, representou a instituição no [8º Seminário Ibero-americano Direito e Controlo, em Lisboa](#). O evento, discutiu os desafios da democracia, justiça e controle na era digital, foi promovido por várias instituições, incluindo o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas de Portugal. Mesquita apresentou a palestra “Tribunal de Contas e a Era Digital”, destacando o uso da Inteligência Artificial (IAGO) e o Laboratório Móvel de Fiscalização de Obras Rodoviárias (LabTCE).

TCE-GO lança ferramentas tecnológicas para aprimorar controle de recursos públicos

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) lançou duas novas ferramentas tecnológicas: o [Observatório de Políticas Públicas](#) e o [IAGO \(Inteligência Artificial do TCE-GO\)](#), durante o 1º Encontro de Inteligência Artificial e Políticas Públicas. O evento contou com a presença de autoridades dos três poderes e representantes do Sistema Tribunais de Contas. O presidente do TCE-GO, Saulo Mesquita, destacou o papel do Tribunal em identificar problemas e apresentar soluções para viabilizar políticas públicas, enquanto o Governador Ronaldo Caiado elogiou o uso de tecnologia para assegurar o correto uso dos recursos públicos. Outras autoridades presentes ressaltaram a importância da inteligência artificial na superação de desafios e na promoção de eficiência no setor público.



Relato das iniciativas de melhoria do 3º Trimestre de 2024

(clique nas unidades abaixo para acessar)

46

186

07

iniciativas abertas

iniciativas fechadas

iniciativas paralisadas

ASSESSORIA MILITAR

0 Iniciativa aberta, 04 fechadas,
0 paralisada/cancelada

CORREGEDORIA

0 Iniciativa aberta, 01 fechada,
0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

02 Iniciativas abertas, 15 fechadas,
05 paralisadas/canceladas

DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

02 Iniciativas abertas, 0 fechada,
0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

02 Iniciativas abertas, 47 fechadas,
0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

06 Iniciativas abertas, 45 fechadas,
0 paralisada/cancelada

DIRETORIA JURÍDICA

01 Iniciativa aberta, 02 fechadas,
0 paralisada/cancelada

ESCOLA SUPERIOR DE CONTROLE EXTERNO AÉLSON NASCIMENTO

05 Iniciativas abertas, 08 fechadas,
0 paralisada/cancelada

OUVIDORIA

01 Iniciativa aberta, 07 fechadas,
0 paralisada/cancelada

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

02 Iniciativas abertas, 38 fechadas,
02 paralisadas/canceladas

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

13 Iniciativas Abertas, 10 fechadas,
0 paralisada/cancelada

SECRETARIA GERAL

12 Iniciativas Abertas, 09 fechadas,
0 paralisada/cancelada



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Esses são os atos normativos mais relevantes publicados pelo TCE GOIÁS, entre julho e setembro de 2024, como meio de facilitar o acompanhamento das atividades do Tribunal.

(clique nas unidades abaixo para acessar)

[Resolução Normativa nº 7/2024 – 16/07/2024](#)

Altera a Resolução Normativa nº 9, de 04 de outubro de 2023, que dispõe sobre a forma de recebimento das Declarações de Bens e Rendas – DBRs a serem apresentadas pelos agentes públicos estaduais, prevista na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

[Portaria nº 556/2024 – 06/08/2024](#)

Altera a Portaria nº 376/2022-GPRES, de 6 de julho de 2022, que classifica os ativos de informação produzidos no âmbito dos processos de trabalho do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme Resolução Normativa nº 10, de 05 de julho de 2017.

[Resolução Administrativa nº 12/2024 – 20/08/2024](#)

Aprova a Revisão 02 do Plano Estratégico 2021-2030 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, aprovado pela Resolução Administrativa nº 10, de 7 de dezembro de 2020

[Resolução Normativa nº 9/2024 - 27/08/2024](#)

Dispõe sobre a atuação do controle externo nas parcerias entre a administração pública e entidades de direito privado sem fins lucrativos.

[Resolução Administrativa nº 15/2024 – 27/08/2024](#)

Dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gestão do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

[Resolução Administrativa nº 13/2024 – 27/08/2024](#)

Dispõe sobre a Política de Integridade do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

[Resolução Administrativa nº 14/2024 – 27/08/2024](#)

Dispõe sobre a política de governança organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

[Portaria nº 639/2024 – 19/09/2024](#)

Institui o Comitê de Integridade Corporativa (CIC) em conformidade com a Resolução Administrativa nº 13/2024.

[Resolução Administrativa nº 17/2024 – 24/09/2024](#)

Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Composição, Direção e Coordenação 2024

CONSELHEIROS

Saulo Mesquita
Presidente

Helder Valin
Vice-Presidente

Sebastião Tejota
Corregedor-Geral

Edson Ferrari
Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo

Kennedy Trindade
Ouvidor

Carla Santillo
Presidente da Primeira Câmara

Celmar Rech
Presidente da Segunda Câmara

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho

Flávio Rodrigues

Cláudio André Abreu Costa

Humberto Bosco Lustosa Barreira

Henrique Veras

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE-GO

Carlos Gustavo Silva Rodrigues
Procurador-Geral

Fernando dos Santos Carneiro

Maísa de Castro Sousa

Silvestre Gomes dos Anjos

DIRETORES | COORDENADORES

Nádia Rezende Faria
Chefe de Gabinete da Presidência

Sérvio Túlio Teixeira e Silva
Secretaria de Controle Externo

Cássio Resende de Assis Brito
Secretaria Administrativa

Ana Paula de Araújo Rocha
Secretaria-Geral

Heloísa Rodrigues de Lima
Diretoria de Comunicação

Lana Menezes de Castro
Diretoria de Controle Interno

Vera Nubia Zandonadi Gomes
Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Mariana Tavares Silva
Diretoria Jurídica

Licardino Siqueira Pires
Diretoria de Tecnologia Da Informação

Marcus Vinícius do Amaral
Assessoria Superior ao Ouvidor

Jaqueline Gonçalves Nascimento
Coordenação da Escola Superior de Controle Externo

Ten. Cel. Omildo Ananias Júnior
Assessoria de Segurança Institucional



Resultados do terceiro trimestre de 2024



Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Referencial Estratégico TCE-GO

MISSÃO

“Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade”

VISÃO

“Ser uma instituição essencial e de excelência no exercício do Controle Externo”

VALORES

Nossos valores modelam nossas atitudes, potencializando resultados e assegurando a essencialidade da instituição.

- Ética
- Integridade
- Responsabilidade junto à sociedade
- Compromisso Social
- Impessoalidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Inovação
- Independência

POLÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

O TCE-GO, na busca do aperfeiçoamento do controle externo e com objetivo de contribuir para a gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade, compromete-se com:

- I.** atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos pela organização;
- II.** atuação com base em prevenção de riscos e maximização de oportunidades;
- III.** melhoria contínua desencadeada pelo planejamento estratégico e execução das iniciativas de melhoria;
- IV.** controle de processos de trabalho, produtos e serviços;
- V.** desenvolvimento de serviços e colaboradores, garantindo a devida conscientização ambiental e em segurança da informação;
- VI.** a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o controle de resíduos, com foco no aumento do desempenho ambiental, representado pela utilização de recursos sustentáveis;
- VII.** disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que trafegam na instituição;
- VIII.** prestação de contas com foco nas necessidades e expectativas das partes interessadas.



Resultados do terceiro trimestre de 2024



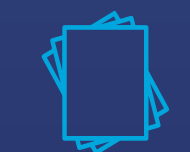
Controle externo e valor para o cidadão



Governança e gestão no TCE-GO



Contexto e o sistema de controle externo



Relato das iniciativas



Principais normativos



Institucional

Ficha Técnica BGG 2024

PRODUÇÃO

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

REVISÃO E EDIÇÃO

(Diretoria de Comunicação)
Heloísa Rodrigues de Lima
Luce Jane Zoccoli
Alexandre Alfaix de Assis
Bruno Balduino

DESIGN GRÁFICO

(Diretoria de Comunicação)
Anderson de Castro

 Resultados do terceiro trimestre de 2024

 Controle externo e valor para o cidadão

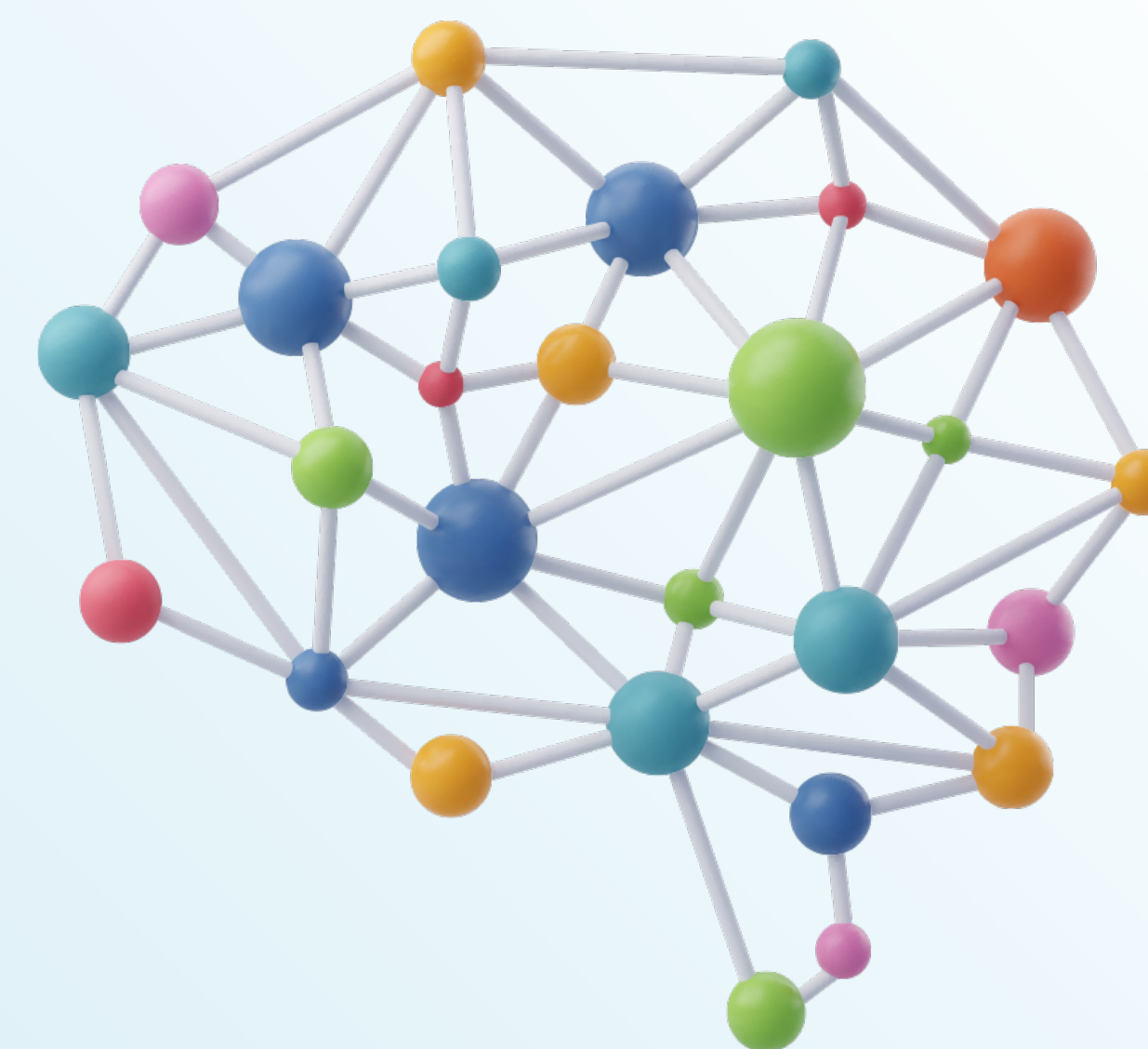
 Governança e gestão no TCE-GO

 Contexto e o sistema de controle externo

 Relato das iniciativas

 Principais normativos

 Institucional



BGG

Boletim de Gestão e Governança do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

